



**UFSM**

**Trabalho de Graduação**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL  
E AS QUESTÕES AMBIENTAIS:  
UM ESTUDO DE CASO**

---

**Cláudia Rosani dos Santos  
Graziela Rodrigues Costa**

**Curso de Ciências Contábeis**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2004**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL  
E AS QUESTÕES AMBIENTAIS:  
UM ESTUDO DE CASO**

---

por

**Cláudia Rosani dos Santos  
Graziela Rodrigues Costa**

Trabalho de Graduação apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a disciplina de TGCC.

**Curso de Ciências Contábeis**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2004**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada  
aprova o Trabalho de Graduação

**RESPONSABILIDADE SOCIAL  
E AS QUESTÕES AMBIENTAIS:  
UM ESTUDO DE CASO**

elaborado por  
**Cláudia Rosani dos Santos  
Graziela Rodrigues Costa**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Ciências Contábeis**

**Professor Orientador:**

---

**Selia Gräbner**  
(Orientadora)

Santa Maria, novembro de 2004

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradecemos a Deus por nos dar a força necessária para superar os obstáculos que apareceram em nossa caminhada e pela presença constante em nossas vidas. Agradecemos também aos nossos familiares pelo incentivo, compreensão e principalmente, o amor que demonstraram ao longo do curso, tornando-nos mais fortes para vencer os desafios encontrados.

À nossa orientadora Selia Gräbner por sua disponibilidade, amizade e paciência, nos momentos difíceis ao longo do curso.

A Delvia Kantorski e equipe pela colaboração para a realização deste trabalho, fornecendo-nos todas as informações necessárias sobre o Grupo CVI, objeto de estudo na nossa monografia.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>iii</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE ANEXOS .....</b>	<b>viii</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>4</b>
<b>2.1 Responsabilidade Social.....</b>	<b>4</b>
2.1.1 Início e evolução histórica.....	4
2.1.2 Responsabilidade Social no Brasil.....	5
2.1.3 Definições de Responsabilidade Social .....	7
2.1.4 Qual o significado de ser socialmente responsável? .....	7
2.1.5 Mercado e Ética nos Negócios .....	8
2.1.6 Público relacionado com a Responsabilidade Social.....	9
2.1.6.1 Conceito de <i>Stakeholders</i> .....	10
<b>2.2 Balanço Social .....</b>	<b>11</b>
2.2.1 O Balanço Social: um instrumento de informação. ....	11
<b>2.3 A Questão Ambiental.....</b>	<b>14</b>
2.3.1 Questão Ambiental: uma crescente preocupação ao longo do tempo.....	15
2.3.2 Definição de Desenvolvimento Sustentável.....	16
2.3.3 Instrumentos utilizados como padrões nas certificações de rotulagem ambiental .....	20

2.3.4 A visão das empresas em relação a adoção de programas ambientais .....	22
<b>2.4 O Profissional contábil e sua relação com a responsabilidade social e as questões ambientais .....</b>	<b>23</b>
<b>2.5 Legislação Ambiental .....</b>	<b>25</b>
2.5.1 Legislação Ambiental Brasileira .....	26
2.5.2 Legislação Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul .....	29
<b>2.6 Resíduos Perigosos .....</b>	<b>31</b>
2.6.1 Conceito de Resíduos Perigosos.....	31
2.6.2 Resíduos Perigosos no Brasil .....	32
<b>3 ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>36</b>
<b>3.1 Empresa CVI Refrigerantes Ltda. ....</b>	<b>37</b>
3.1.1 Histórico.....	37
3.1.2 Visão.....	41
3.1.3 Valores.....	42
3.1.4 Finalidade Básica.....	42
3.1.5 Princípios .....	43
<b>3.2 A CVI Social.....</b>	<b>44</b>
3.2.1 Responsabilidade e Ação Social.....	44
3.2.2 Projetos Sociais .....	44
3.2.3 Atividades desenvolvidas na Área Social.....	46
<b>3.3 Apresentação e evolução do Balanço Social do Grupo CVI Refrigerantes Ltda .....</b>	<b>47</b>
3.3.1 Características da forma de demonstração do Balanço Social.....	49
<b>3.4 Desenvolvimento dos Colaboradores.....</b>	<b>49</b>
<b>3.5 Compromisso Ambiental da Empresa .....</b>	<b>50</b>
3.5.1 Programas ambientais direcionados para a preservação da natureza.....	51
3.5.1.1 Reciclou, Ganhou .....	52
3.5.1.2 Programa Água Limpa .....	52

3.5.1.3 Conservação de Energia.....	53
3.5.1.4 Proteção da Camada de Ozônio.....	53
3.5.1.5 Operação Qualidade do Ar .....	54
3.5.2 Projetos Ambientais Regionais .....	54
3.5.2.1 Projeto Reciclar.....	54
3.5.2.2 Reflorestamento.....	55
<b>4 CONCLUSÃO .....</b>	<b>56</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>61</b>

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 – Demonstração das principais características de empresa convencional, empresa socialmente responsável e empresa sustentável.... 17

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Capítulo 6 da Constituição Federal Brasileira .....	62
ANEXO B – Operações Consolidadas do Balanço Social de 2001 .....	65
ANEXO C – Operações Consolidadas do Balanço Social de 2002 .....	67
ANEXO D – Operações Consolidadas do Balanço Social de 2003 .....	69
ANEXO E – Balanço Social – Divisão do Bolo .....	71
ANEXO F – Termômetro de Satisfação Interna de 2001 .....	73
ANEXO G – Termômetro de Satisfação Interna de 2002 .....	75
ANEXO H – Termômetro de Satisfação Interna de 2003.....	77

## 1 INTRODUÇÃO

Com a globalização, criou-se uma proximidade entre os mercados, a competitividade tornou-se mais acirrada, as organizações passaram a sentir necessidade de mudanças em suas estratégias de negócios.

Por esse motivo e devido às crescentes expectativas de clientes, fornecedores, consumidores e gestores, o uso de alternativas mais eficientes para manter seus produtos no mercado passou a ser repensado pelos administradores. Assim, a implementação de programas que visam investir em ações sociais, a chamada responsabilidade social, vem crescendo entre as empresas que buscam melhorar sua imagem e participação no mercado. Portanto, a preocupação passou a ser não só com a gestão dos negócios, mas também com as pessoas e o ambiente onde essas estão inseridas.

Dentro desse contexto, as empresas socialmente responsáveis e ecologicamente corretas estão sendo as mais bem vistas, principalmente pelos consumidores cada vez mais conscientes. E, devido a esse panorama, as empresas descobriram que investir em cidadania e posicionar-se frente a sociedade, preocupando-se com seu bem estar, beneficiará a todos a médio e longo prazo, pois reverterá em lucros.

As questões ambientais passaram a ser motivo de atenção por parte das empresas brasileiras, no momento em que houve o agravamento dessas questões em nosso país, devido ao aumento populacional e industrial, principalmente nas áreas urbanas. A partir desse instante, o governo sentiu a necessidade de desenvolver órgãos ambientais e criar

leis e regulamentos específicos de controle ambiental nos níveis federal, estadual e municipal.

Dessa forma a preservação ambiental é uma área que gradativamente, vem recebendo investimentos por parte das organizações, pois cuidar do meio ambiente passa a ser condição fundamental para manter-se no mercado e para ser competitivo nos negócios.

Devido a isso o tema Responsabilidade Social e Questões Ambientais constitui-se no objeto de análise deste trabalho, pois a preocupação com o social e o meio ambiente cresceu no meio empresarial, necessitando-se do entendimento e do reconhecimento das práticas organizacionais de responsabilidade nas áreas sócio-cultural e ambiental. E, para desenvolvê-lo tomou-se como referência o grupo Companhia Vontobel de Investimentos, empresa CVI Refrigerantes, do setor de bebidas, localizada em Santa Maria, RS, no qual foi realizada uma análise do desenvolvimento de seus projetos e como estão sendo realizadas as práticas de responsabilidade social e ambiental dentro da empresa.

O trabalho tem por objetivo divulgar o tema responsabilidade social e questões ambientais, para que se tome conhecimento da problemática existente devido ao crescimento da economia e como isso afeta os recursos disponíveis na natureza, como está sendo a atuação da empresa em relação a esse assunto verificando, ainda, como está sendo desempenhado e que participação o profissional contábil tem nos trabalhos ligados à responsabilidade social e questões ambientais, dentro da empresa CVI Refrigerantes.

Neste contexto, o problema é verificar de que forma os empresários da empresa Coca-Cola do Grupo CVI, estão atuando em relação à causa social e ambiental, para que no futuro esta alcance o êxito esperado.

A sociedade como um todo, tanto os empresários, como o profissional contábil e a comunidade em geral, devem ter a consciência de

que para ter-se uma justiça social e um ambiente saudável é necessário que todos dêem a sua parcela de contribuição, já que no momento atual não só o mercado, como também uma parte considerável da sociedade, reivindicam que as empresas e seus profissionais sejam agentes de um processo de desenvolvimento social e ambiental.

Esta pesquisa destina-se a demonstrar a importância, para o meio empresarial, de que a condução de uma empresa de maneira socialmente responsável e ecologicamente consciente, trará benefícios tanto no aspecto financeiro, como agregará valor à sua imagem e a seus profissionais.

A presente pesquisa, sobre Responsabilidade Social e Questões Ambientais, foi realizada através de um estudo de caso na empresa CVI Refrigerantes Ltda para verificar a atuação da empresa em relação ao tema proposto, sendo realizada uma pesquisa descritiva com embasamento bibliográfico e pesquisa de campo, usando método indutivo, com aplicação de questionário, abordando itens relacionados ao comprometimento da empresa com a causa social e ambiental e a responsabilidade social da mesma, sendo que a metodologia utilizada foi baseada em Cervo & Bervian (1996).

A coleta de dados foi feita através da visitação à empresa Coca-Cola, do ramo de bebidas, em Santa Maria, usando o questionário para entrevistar os responsáveis pelos setores social e de preservação ambiental. As informações coletadas foram utilizadas como uma ferramenta do trabalho de pesquisa e através delas foi feita uma análise dos procedimentos da empresa em relação às questões sociais e ambientais e como isso influenciou no desenvolvimento econômico da mesma.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 Responsabilidade Social**

A responsabilidade social vem evoluindo de forma gradativa, devido aos efeitos da globalização, da informatização crescente e do mercado cada vez mais competitivo. E, dessa forma, a conscientização por parte dos empresários de que algo deve ser feito a respeito dessa questão, através de novos posicionamentos, faz com que medidas sejam tomadas para que a responsabilidade social se torne uma realidade dentro das empresas.

Isso tudo se deve às expectativas dos clientes, bem como o grau de exigência em termos de qualidade, pois fez com que mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento tornem-se fundamentais, tanto para o surgimento de novas tecnologias, quanto para diminuir a preocupação com o monitoramento do desempenho social das empresas.

#### **2.1.1 Início e evolução histórica**

Conforme, Mello Neto (1999), este interesse pelo social, por parte das empresas, teve início na década de 70, na Itália, com o primeiro relatório do Clube de Roma, também denominado Relatório Meadows, em 1972. A partir desse momento os empresários começaram a conscientizar-se da importância dos problemas sociais e da influência que eles causavam devido às grandes reivindicações ocorridas na época.

Chegaram à conclusão de que era necessária uma extensa atuação empresarial para solucionar os problemas sociais. Assim surgiu o Relatório Sudreau na França, sobre a reforma da empresa e a lei sobre o balanço social (Lei de 12 de julho de 1977).

A partir daí, através do balanço social, foi possível apreciar a situação da empresa no domínio social, com informações sobre o emprego, remunerações e encargos, condições de segurança e higiene, enfim, um ambiente social que depende da empresa e que proporciona ao empregado e sua família uma melhor satisfação no trabalho.

Ainda de acordo com o mesmo autor (1999), resultantes das transformações econômicas e sociais, apareceram então duas correntes que vieram a influenciar os aspectos do ambiente social, sendo uma francesa e a outra americana. A corrente de origem francesa privilegia o bem estar dos empregados e seus dependentes, sua participação na gestão da empresa e sua satisfação no trabalho.

### 2.1.2 Responsabilidade Social no Brasil

Segundo Mello Neto (1999), em nosso país os investimentos na área social inspiraram-se na corrente americana, que tem uma abordagem mais abrangente, tendo como foco o apoio da empresa no desenvolvimento da comunidade onde atua. E foi a partir da década de 80, através do sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”, com a divulgação do seu projeto “Ação da cidadania contra a fome e a miséria e pela vida”, que o Balanço Social passou a ser conhecido no Brasil. Na verdade, este projeto só passou a ser aplicado intensamente a partir da década de 90, com o surgimento dos primeiros investimentos sociais de peso, por parte do empresariado.

Isso tudo só foi possível, graças a organizações não governamentais (ONG'S), como a de Betinho e a institutos de pesquisa que mostraram a

realidade da nossa sociedade com suas carências e desigualdades sociais, fazendo com que houvesse a consciência por parte do meio empresarial, dando uma relevância ainda maior à responsabilidade social. E, também através do surgimento de normas e padrões certificáveis relacionadas ao tema, como as normas **SA 8000** (relações de trabalho) e **AA 1000** (diálogo com partes interessadas), que vêm ganhando crescente aceitação.

Pode-se descrevê-las segundo Palácios e Mera(2003), da seguinte forma:

**Norma SA 8000** - Certifica empresas socialmente responsáveis, com preocupações voltadas para o bem estar e para as condições no local de trabalho.

**Norma AA 1000** - decorre do processo de evolução do balanço social europeu, auditoria social e informes éticos, objetivando a verificação da veracidade do padrão estabelecido, pois se propõe a ser um instrumento que aumenta a qualidade da contabilidade, auditoria e de relatórios ético-sociais, além de qualificar produtos e serviços.

Sendo assim, a preocupação com o bem estar de consumidores e usuários, através de ações que resgatam a cidadania e a melhor qualidade de vida de seus funcionários e da sociedade, tende a obter gradativo crescimento no Brasil. A responsabilidade social deixou de ser uma opção, para tornar-se uma questão de visão, de estratégia e de sobrevivência, onde a excelência de produtos com preços competitivos e bom serviço agregado, deixa de ser uma vantagem passando a ser um pré-requisito. Assim, espera-se que as empresas unidas com o Estado cumpram um novo papel no processo de desenvolvimento e sejam construtoras de uma sociedade mais justa e com melhores condições de vida para sua população.

### 2.1.3 Definições de Responsabilidade Social

Devido à importância da Responsabilidade Social, pois cada vez mais as empresas estão se comprometendo com a sociedade e incluindo nas suas atividades produtivas práticas de responsabilidade social e ambiental, vamos dar definições sobre este tema, tais como:

Para o Instituto Ethos, responsabilidade social é: “uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torne parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social “

Segundo Ashley *et all* (2003, p. 6), responsabilidade social pode ser definida como:

O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atividades que afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange ao seu papel específico na sociedade e a prestação de contas para com ela.

E ainda, conforme o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Responsabilidade Social pode ser definido como: “o compromisso contínuo da empresa com o seu comportamento ético e com o desenvolvimento econômico, promovendo ao mesmo tempo a melhoria da qualidade de vida de sua força de trabalho e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo”.

### 2.1.4 Qual o significado de ser socialmente responsável?

O atual contexto econômico mundial traz muitos desafios. Atualmente não basta realizar doações para comunidades carentes, as conhecidas assistências sociais, pois estas são consideradas ações emergenciais onde somente os problemas mais visíveis serão amenizados.

Na busca para solucionar os graves problemas sociais, surge uma nova modalidade de colaboração do desenvolvimento social, onde os investimentos estão sendo direcionados diretamente para a área social, com elaboração de projetos específicos que objetivam mudanças na estrutura social, valorizando o potencial humano. Então, ser responsável socialmente implica em engajar-se nas ações sociais, investindo em compromissos sociais desenvolvidos por organizações competentes.

Sendo assim, atualmente as empresas que têm uma conduta socialmente responsável são as que tendem a manter a sustentabilidade de seus negócios a longo prazo.

#### 2.1.5 Mercado e Ética nos Negócios

Conforme pesquisa realizada pelo Instituto Ethos (2002), “os consumidores brasileiros esperam um comportamento ético das empresas, querem conhecer suas práticas de responsabilidade social, rejeitam a propaganda enganosa e estão atentos à saúde dos funcionários e à poluição que eventualmente elas provoquem no meio ambiente”.

Devido a isso se diz que a ética é base da Responsabilidade Social, pois as ações internas de uma organização devem estar equilibradas com suas ações externas. Portanto, não adianta adotar práticas de responsabilidade social, desenvolvendo programas junto a entidades sociais da comunidade, se ao mesmo tempo a empresa estiver contribuindo para o desmatamento, não der condições de trabalho e preparo a seus funcionários e tiver problemas com os órgãos de fiscalização. Por isso, deve haver coerência entre a ação e o discurso dentro de uma organização.

Sendo assim pode-se definir Responsabilidade Ética, segundo Ashley *et all* (2003, p. 50), como:

Atividades práticas, políticas e comportamentos esperados (no sentido positivo) ou proibidos no (sentido negativo) por membros da sociedade, apesar de não codificados em leis. Eles envolvem uma série de padrões ou expectativas de comportamento para atender os diversos públicos (*Stakeholders*), com os quais a empresa se relaciona, considerem legítimo, justo ou de acordo com os direitos morais ou expectativas.

Ainda de acordo com os mesmos autores (2003): “as organizações terão de aprender a equacionar a necessidade de obter lucros, obedecer as leis, ter um comportamento ético e envolver-se em alguma forma de filantropia para com as comunidades em que se inserem”.

Pode-se definir, de acordo com Ashley *et all* (2003, p. 53), que os comportamentos e atitudes de uma organização devem caracterizar-se por:

Preocupação com atitudes éticas e moralmente corretas que afetam todos os públicos (stakeholders) envolvidos;  
Promoção de valores e comportamentos morais que respeitem os padrões universais de direitos humanos e de cidadania e participação na sociedade;  
Respeito ao meio ambiente e contribuição para sustentabilidade em todo mundo;  
Maior envolvimento nas comunidades em que se insere a organização, contribuindo para o desenvolvimento econômico e humano dos indivíduos ou até atuando diretamente na área social, em parceria com governos ou isoladamente.

#### 2.1.6 Público relacionado com a Responsabilidade Social.

Desde o início do capitalismo o objetivo das empresas era maximizar o lucro dos acionistas.

Porém, para Alves Filho *apud* Marques (2001), “tem sido desenvolvida, nos últimos anos, uma nova perspectiva baseada no conceito de *Stakeholders*”.

O mesmo autor diz que além dos acionistas, há outros grupos com os quais a organização necessita ter determinadas responsabilidades.

#### 2.1.6.1 Conceito de *Stakeholders*

De acordo com Silva Júnior (2000, p. 134) o conceito de *Stakeholders* se refere aos diversos públicos que a empresa se relaciona, tais como:

- Clientes
- Fornecedores
- Empregados
- Investidores
- Acionistas Controladores e Acionistas minoritários
- Gestores
- Governo
- Comunidade
- Conselhos de Administração nas sociedades por ações, entre outros.

A partir dessa nova perspectiva, baseadas no conceito de *Stakeholders*, várias ações estão sendo desenvolvidas, devido à necessidade de identificação e envolvimento dos *Stakeholders* (partes interessadas), que influenciam nas operações, condutas e procedimentos que induzem e estimulam o aperfeiçoamento dos processos empresariais, resultando na preservação e qualidade de vida da sociedade do ponto de vista ético, social e ambiental.

Dessa forma surge o Balanço Social como uma ferramenta de informação devido a necessidade de demonstrar para a sociedade o que está sendo investido em ações sociais.

## **2.2 Balanço Social**

### **2.2.1 O Balanço Social: um instrumento de informação.**

O Balanço Social revela-se adequado para demonstrar o desempenho e a avaliação da responsabilidade social e ambiental da entidade, surgindo, assim, o conceito de Balanço Social, que é conceituado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) como sendo um demonstrativo publicado anualmente pela empresa, resumindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e a comunidade, além de ser um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício de responsabilidade social corporativa.

Conforme Silva *apud* Marques (2001) “a aproximação entre empresas e comunidade reforça a necessidade de um balanço social como forma de evidenciar à sociedade o desempenho das políticas sociais existentes na empresa”.

Por isso houve no Brasil em 1997, através do sociólogo Herbert de Souza, o lançamento de uma campanha pela obrigatoriedade da publicação do Balanço Social, onde Betinho teve seu projeto de lei elaborado sob o número 3.116/97, pelas então deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, sendo que o projeto de lei 3.116/97 define que:

Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Esse projeto, que ainda está tramitando no Congresso Nacional, faz com que a publicação do balanço social se torne obrigatória em empresas que possuam mais de 100 empregados. A publicação desse projeto e de suas informações deve permitir o acesso a todas as partes interessadas, tais como:

- Empregados;
- Autoridades;
- Órgãos do governo;
- Sindicatos;
- Universidades;
- Instituições públicas e privadas.

O mesmo projeto de lei ainda determina que o não atendimento aos seus dispositivos poderá acarretar em multas pecuniárias a serem definidas pelo executivo, além do impedimento de participações em licitações, contratos de administração pública, ou de benefícios dados através de incentivos fiscais e dos programas de créditos oficiais.

Mas apesar de disso, segundo Tinoco *apud* Tachizawa (2002), “o balanço social ainda é ferramenta pouco utilizada pelas empresas-cidadãs, embora a quantidade cresça ano a ano”.

Pode-se citar algumas publicações pioneiras referentes ao Balanço Social que foram lançadas na década de 90, como as da Telebrás, da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC) do Estado de Goiás e Banespa. Seguiram-se em 1997 as publicações do Banco do Brasil, Companhia Carris Porto-Alegrense e Grupo Rede Brasil Sul (RBS),

Votorantin, Aracruz Celulose, Furnas, Eletrobrás, Ceval, Petrobrás, Bradesco, Odebrecht, Itaú e Usiminas entre outras.

Apesar do crescimento da utilização do balanço social, como ferramenta para as empresas brasileiras, as informações divulgadas por ele ainda não contam com um processo padronizado, o que dificulta a correta identificação dos ativos e passivos envolvidos. Para que haja uma solução para contornar essas barreiras, estão sendo discutidos projetos legislativos, pois a divulgação de informação é um dos pré-requisitos para o exercício da cidadania.

Por enquanto, não há uma padronização por parte das empresas brasileiras em relação às suas informações, mas elas vêm seguindo desde a década de 70, e com maior força a partir de 1997, um padrão sugerido pelo Instituto Ethos, no qual seguem o modelo de relatório proposto pelo IBASE, onde é possível comparar o total de investimentos com a receita líquida da empresa, o lucro operacional e a folha de pagamento.

No Estado do Rio Grande do Sul, o incentivo dado às empresas que têm a conduta socialmente responsável e preocupação com as questões ambientais, foi a criação do Certificado de Responsabilidade Social, promulgado pela lei nº 11440, de 18 de janeiro de 2000, que confere incentivos às empresas e entidades que apresentarem o Balanço Social do exercício imediatamente anterior. Ele é definido, pela lei nº 11440, como sendo o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentem dados que permitam identificar o perfil de sua atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento de cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e na relação com o meio ambiente.

E, para que todas essas informações sejam dispostas de forma correta, é necessário que o balanço social seja assinado e orientado por

um profissional contábil, devidamente habilitado ao exercício da profissão, pois este é o profissional adequado para trabalhar interagindo com a realidade política, social e financeira. Para isso, é necessário que este esteja cada vez mais atualizado e seja competente para guiar o gerenciamento dos negócios, através de seus valores sociais, cultivando o sentimento de responsabilidade social, justiça e ética.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade junto a outros órgãos como o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, o Instituto Nacional de Seguro Social, o Ministério da Educação, a Secretaria Federal de Controle, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Superintendência de Seguros Privados, resolve aprovar a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental que estabelece procedimentos para evidenciar as informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Essa Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, sendo recomendada a sua adoção antecipada. Esta ata do CFC tem o nº 861, Procs. CFC números 40/04 e 42/04.

Assim o CFC tem sido um órgão atuante para a melhoria e atendimento da profissão contábil, fazendo com que a classe adapte-se ao novo contexto nacional, reformulando e adequando-se às novas necessidades do mercado global.

### **2.3 A Questão Ambiental**

Conforme Tachizawa (2002), com a globalização, a problemática da questão ambiental e a responsabilidade social, os gestores das organizações estão adotando práticas voltadas para à conservação do

meio ambiente, tais como programas de reciclagem, medidas para poupar energia, preservação das matas, bem como outras inovações ecológicas para obterem vantagens competitivas, redução de custos, aumento nos lucros a médio e longo prazo.

E dessa maneira a questão ambiental, está sendo debatida na busca de opções para desviar os choques entre desenvolvimento e meio ambiente.

### 2.3.1 Questão Ambiental: uma crescente preocupação ao longo do tempo

Conforme Tachizawa (2002), após a Revolução Industrial ocorrida entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, que resultou no surto industrial que se estende até os nossos dias, surgiram as primeiras discussões sobre os efeitos da poluição gerados por minas e fábricas e os outros danos causados ao meio ambiente.

A preocupação em relação à degradação ambiental, por parte da população, começou em meados dos anos 50 e 60, quando houve ações populares que alertavam os cidadãos para a consciência de que os recursos naturais não são infinitos como se pensava, o que fez com que algumas organizações repensassem seus modelos de industrialização e consumo, por perceberem o impacto que elas causavam através das mudanças climáticas, o aumento da camada de ozônio, a poluição de rios e do ar, no ambiente onde estavam instaladas.

Por isso, idéias clássicas são deixadas para trás. O que vale hoje é criar idéias que aumentem o valor e a competitividade de seus produtos, levando em conta que os recursos utilizados na produção um dia se extinguirão. Esse resultado já pode ser visto a partir da década de 90, onde o conceito de desenvolvimento sustentável consolida-se a partir

do momento que se constata que os recursos naturais são limitados para absorver os efeitos da produção e do consumo.

### 2.3.2 Definição de Desenvolvimento Sustentável.

Desenvolvimento Sustentável pode ser definido, por meio do Relatório Brundtland, emitido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente (1987), como: “aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias.”

A partir da reunião das Nações Unidas em 1992 (ECO/92), ocorrida no Brasil, tornou-se oficial esta integração do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente, delimitando as ações globais visando a sustentabilidade do planeta.

Segundo Blasco e Alfaya (2003), o conceito de sustentabilidade para as entidades, numa visão moderna, deve representar a vinculação deste à estratégia empresarial, ampliando o conceito de responsabilidade social para além dos limites do cumprimento das obrigações jurídicas, fiscais e laborais, incluindo o investimento no capital humano, no entorno (comunidade e ambiente natural) e nas relações com os seus participantes.

E estes mesmos autores (2003), substituem o conceito de empresa responsável socialmente pelo de empresa sustentável, definindo: “Empresa sustentável é aquela que cria valores econômico, ambiental e social a curto e longo prazo, contribuindo desta forma com aumento do bem estar e autêntico progresso das gerações presentes e futuras, tanto em seu entorno como no planeta como um todo”.

Sendo assim, o quadro a seguir demonstra as principais características das empresas convencionais, das socialmente responsáveis e das sustentáveis:

QUADRO 1 – Demonstração das principais características de empresa convencional, empresa socialmente responsável e empresa sustentável

Convencional	Empresa Socialmente Responsável	Sustentável
Maximiza benefícios para os acionistas	Maximiza benefícios para acionistas revertendo parte para a sociedade conjurando externalidades negativas.	Maximiza criação de riqueza para a sociedade criando produtos e serviços.
Cumpre "regras do jogo"	Evita efeitos prejudiciais de produtos e serviços oferecidos.	Aproveita oportunidades que a qualidade de vida oportuniza.
Atende demanda de informações	Demonstra compromisso social. Dispensa regras. Favorece-se com novas responsabilidades.	Encontra soluções conjuntas com os interessados. Diferencia-se com a responsabilidade.

Fonte: Blasco e Alfaya *apud* Revista do Conselho Regional de Contabilidade (2004, p.10)

Portanto, pode-se afirmar que o crescimento patrimonial das organizações que utilizam o desenvolvimento sustentável, atualmente, não agride o meio ambiente natural onde elas estão inseridas.

Pode-se dar exemplos de algumas organizações que adotam essas práticas de desenvolvimento sustentável, segundo Peliano (2001), tais como:

**Petrobrás** - decidiu reforçar suas ações de responsabilidade social e ambiental, principalmente após a ocorrência de dois vazamentos de óleo

ocorridos na Baía de Guanabara e no rio Iguaçu no Paraná, quando experimentou uma dura cobrança da sociedade. Apesar de ser a empresa que mais investiu em segurança, meio ambiente, saúde e projetos comunitários, através desses acidentes notou que algo mais deveria ser feito. Assim segundo o Presidente da Companhia, nunca a prestação de contas foi tão severa e para apresentá-la de melhor forma possível, intensificou-se as estratégias em relação às responsabilidades sociais e ambientais por parte da organização.

**Natura** - Produção de cosméticos, com sua linha EROS gera renda para a comunidade local. Os produtos naturais são extraídos e por meio da preservação ambiental garantem as fontes naturais para as gerações futuras.

Esses são somente alguns exemplos de algumas empresas que adotam o modelo de desenvolvimento sustentável em seus negócios, dentre tantas outras que o seguem também.

Através desses exemplos pode-se chegar a conclusão de que a questão ambiental ou educação ambiental, é a conscientização da preservação do meio ambiente natural, que visa o desenvolvimento econômico sustentável.

Segundo Tachizawa (2001), através de dados obtidos no dia-a-dia, evidencia-se que há, por parte das empresas, cada vez mais, a tendência de preservação ambiental e ecológica, e que esta postura adotada deve continuar de forma permanente e definitiva, onde os resultados econômicos passam a depender cada vez mais de decisões empresariais que levem em conta que:

- a) não há conflito entre lucratividade e a questão ambiental;
- b) o movimento ambientalista cresce em escala mundial;
- c) clientes e comunidade em geral passam a valorizar cada vez mais a proteção do meio ambiente;
- d) a demanda e, portanto, o faturamento das empresas passam a sofrer cada vez mais pressões e depender diretamente do comportamento de consumidores que enfatizarão suas

preferências para produtos e empresas ecologicamente corretas.

Atualmente, verifica-se que as empresas que mais se desenvolvem são aquelas que estão preocupadas com a gestão ambiental, oferecendo a seus clientes produtos ecologicamente corretos. Os gastos com proteção ambiental começam a ser vistos não como custos mas como investimentos no futuro, não havendo conflito entre a questão ambiental e a lucratividade da empresa.

Desse modo, não apenas a qualidade de produtos e serviços interessa aos consumidores, mas também o que a marca indica: se a empresa está comprometida com a preservação ambiental e se está investindo na melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Ainda conforme Tachizawa (2001), “a transformação e influência ecológica nos negócios se farão sentir de maneira crescente e com efeitos econômicos cada vez mais profundos”.

O faturamento das empresas passou a depender diretamente do comportamento dos consumidores, que estão preferindo produtos certificados ecologicamente. Assim, as empresas começaram a buscar soluções para alcançar o desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo aumentar a lucratividade de seus negócios.

Ainda segundo o mesmo autor (2001), “é por essa razão, que a gestão ambiental é a resposta natural das empresas ao novo cliente, o consumidor verde e ecologicamente correto. A empresa verde é sinônimo de bons negócios e no futuro será a única forma de empreender negócios de forma duradoura e lucrativa.”

Conforme Tachizawa (2002), para atender os novos clientes, foram criados os programas de Selo Verde e Rotulagem Ambiental, que são sinais de comunicação que visam dar informações ao consumidor a respeito do produto. Esses programas de rotulagem são adotados em

vários países, baseados na análise do ciclo de vida e podem ser conferidos por instituições governamentais ou não governamentais.

### 2.3.3 Instrumentos utilizados como padrões nas certificações de rotulagem ambiental

Segundo Palácios e Mera (2003), os instrumentos usados como padrões nas certificações de rotulagem ambiental são alguns meios utilizados para demonstração pública de ações ecológicas da empresa. Tendo por objetivo dotar de credibilidade as ações ambientais desta.

E para isso, segundo os mesmos autores(2003),utilizam-se alguns instrumentos sendo os mais comuns:

**Ecoetiquetas:** constituem-se em logotipos ou logomarcas, que expõem aos consumidores a qualidade de produtos gerados, obedecendo a determinados critérios ambientais estabelecidos;

**Certificações de Sistema de Gestão Ambiental (SGA):** No Brasil essas normas iniciaram-se com a série ISO 14000(surgiu a partir da norma ambiental britânica BS 7.750), tendo como variáveis representativas os elevados padrões de qualidade de uma gestão ambiental, onde avalia os registros dos problemas ambientais da organização, estabelecendo objetivos e metas, controlando a sistemática da produção, realizando auditorias periódicas, comprometendo toda a empresa. Destaca-se o ISO 14001, que implanta o SGA.

**Guias para Informações sobre Sustentabilidade:** elaboram informações de caráter ambiental, social e econômico.

Para a contabilidade esses guias representam os meios de informação, pois mesmo sendo concebidos e estruturados fora do âmbito contábil, servem de base e orientação para os instrumentos contábeis, de

competência e responsabilidade do contador, na elaboração de demonstrativos contábeis já consagrados.

Segundo a Gerência de Normalização e Metodologias de Gestão Ambiental verifica-se que a rotulagem no Brasil, ou Selo Verde iniciou-se em 1990, em ação conjunta com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, adequado a nossa realidade e que segue os objetivos do Sub Comitê 03 da ISO (*International Organization for Standardization*). Esta rotulagem ambiental, no Brasil, está voltada e mais avançada para área de exportação, em virtude das exigências dos países importadores, ou seja, uma condição para manter-se nas negociações no mercado globalizado.

As normas ISO, são voluntárias cabendo a seus membros decidirem se as adotam como normas nacionais ou não. A adoção de uma norma ISO como Norma Brasileira recebe a designação de NBR ISO.

A Organização Internacional de Normalização(ISO), publicou uma nova versão de certificação ambiental ISO 14001 em 2004, que substitui a norma aplicada desde 1996, onde as empresas certificadas deverão adaptar-se ao sistema de gestão ambiental, para nova versão antes de junho de 2006. Segundo a ABNT essa mudança facilitará a compreensão e utilização dessas normas, tendo por finalidade a sua tradução em implementação nas empresas.

A norma ISO 14004, também referente à gestão ambiental, foi modificada, tornando-se mais coerente com a 14001, além de ser vantajosa e acessível para as pequenas e médias empresas.

Uma análise sobre o papel dessas empresas foi realizada pela Organização constatando-se que são grande maioria na economia mundial. Assim é de grande interesse que apliquem as normas de controle e gerenciamento em todas as suas etapas, pois empresas que implementarem desenvolvimento sustentável, serão as maiores beneficiadas e colocadas em vantagem no mercado cada vez mais

consciente das responsabilidades dos negócios e da sociedade como um todo.

#### 2.3.4 A visão das empresas em relação a adoção de programas ambientais

De acordo com Tachizawa (2001) a visão em relação à adoção de práticas ambientais pelas empresas, ganhou forte impulso a partir dos anos 80, quando houve a percepção de que os custos com proteção ambiental poderiam se transformar, ao longo dos anos, em investimentos muito rentáveis e que trariam vantagem competitiva. A gestão ambiental passou a ser vista não só como uma atividade filantrópica para ecologistas e ambientalistas, mas uma atividade que pode proporcionar ganhos financeiros, além da conscientização de que a qualidade do produto está interligada com uma produção ecologicamente viável e responsável perante seus consumidores que vão além da “marca”, nas suas preferências por produtos ecológicos.

Ainda segundo o mesmo autor (2001), “isso se comprova conforme pesquisa recente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Ibope, onde a realidade mostra que 68% dos consumidores brasileiros estariam dispostos a pagar mais por um produto que não agredisse o meio ambiente.”

Em virtude disso, há muitas empresas que estão implementando em suas atividades programas ambientais e sociais que têm como objetivo promover benefícios ou melhorias nas áreas afetadas por suas operações e com isso melhorar e valorizar a imagem de seu produto perante o cliente, fazendo com que ele possa vir tornar-se um cliente fiel da empresa.

## **2.4 O Profissional contábil e sua relação com a responsabilidade social e as questões ambientais**

Atualmente o mercado exige que o profissional contábil seja cada vez mais gabaritado, atualizado e competente, sendo este requisito não somente exigido pelas empresas, como também pela sociedade, que deseja que o contador possua um perfil que tenha valores sociais e que cultive o comprometimento de responsabilidade social, juntamente com as empresas, para que estas alcancem o êxito esperado.

Mas, para que tudo isso seja possível, é necessário que haja a preparação dos profissionais, através do aprendizado e do conhecimento, pois o contador possui uma função de relevância social nas comunidades onde atua, seja como executor, assessor ou simples colaborador do empresariado em sua relação com a sociedade, em virtude de seu juramento na defesa dos interesses coletivos e como defensor da equidade e justiça na apuração correta da distribuição de riqueza, seja via tributos ou projetos de parceria social.

Isso tudo, deve-se a contabilidade ser uma ciência social, e o contador um instrumento desta. Deve, portanto, colocar todo o conhecimento que tem sobre a prática de políticas socialmente responsáveis e dessa maneira auxiliar na gestão das empresas, para que elas possam divulgar o resultado de sua atuação social. Por isso, demonstrando através de um trabalho competente e sério dos profissionais da área contábil, a empresa só tem a ganhar, pois é a contabilidade, com suas formas de divulgação, que disponibiliza as informações sobre a responsabilidade social que serão utilizadas na identificação das ações contábeis.

O profissional contábil deve ter um perfil de formação humanística, uma visão global do meio social, político, econômico e cultural onde está inserido, para melhor compreendê-lo e assim poder tomar as decisões mais acertadas num mercado tão diversificado e interdependente.

No que diz respeito às questões ambientais, a contabilidade em si mesma é considerada de baixa influência em termos de impactos diretos sobre o meio ambiente, mas isso não deve diminuir a importância do profissional contábil em relação a essas questões.

Segundo Gray (2002), há duas razões principais pelas quais os contadores devem dar particular atenção para questões ambientais. Em primeiro lugar, as empresas e a Contabilidade estão indissoluvelmente ligadas, pois se as empresas estão direcionadas para responder as crescentes exigências ambientais, é necessário que a Contabilidade se mova com elas. Em segundo lugar, os procedimentos e as estruturas conceituais financeiras e contábeis sobre o lucro, custo, sucesso e fracasso estão no centro das questões ambientais nas empresas.

Segundo *Association of Chartered Certified Accountants & United Nations Environment Programme* (2002) ressalta que existe um conjunto de funções e responsabilidades envolvendo questões ambientais e desenvolvimento sustentável que destacados profissionais da contabilidade, especialmente no âmbito internacional, de maneira crescente, vêm ocupando-se com trabalhos envolvendo temas direcionados para:

- Contabilidade financeira ambiental
- Contabilidade gerencial ambiental
- Gestão financeira ambiental
- Contabilidade sobre biodiversidade
- Relatório ambiental
- Contabilidade e relatório social
- Custo total da sustentabilidade
- Certificação de relatórios ambientais, sociais e ambientais
- Educação contábil no contexto contábil

No âmbito brasileiro, os profissionais de contabilidade estão aos poucos se dedicando a essas questões, pois vêm crescendo cada vez

mais as exigências, impostas pela legislação ambiental brasileira. E no que concerne às empresas do Estado do Rio Grande do Sul, a classe contábil deve dedicar especial atenção à lei de Crimes Ambientais e ao Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul(CEMA), pois o descumprimento de normas previstas em tais leis pode gerar consequências na continuidade normal das atividades operacionais de entidades em geral, de maneira particular em indústrias, com reflexos em seus patrimônios e situação financeira. E, conforme o caso, pode gerar também substanciais efeitos negativos econômicos e financeiros para acionistas, fornecedores, clientes, empregados, financiadores, governo, comunidade próxima e a sociedade em geral.

Por essa razão, é muito importante que o profissional contábil entenda de temas relativo às questões ambientais, pois estas têm grande influência na gestão de uma empresa.

## **2.5 Legislação Ambiental**

As preocupações com o futuro da humanidade se intensificaram devido aos grandes e constantes desastres ambientais que acontecem ao longo do tempo. As relações comerciais entre os países são hoje cada vez maiores, e a procura por produtos ecologicamente corretos está definindo as relações entre as nações.

Por esta razão, é necessária a criação de legislações que combatam e previnam as degradações constantes que ocorrem até hoje, para assim diminuir os danos causados ao meio ambiente.

A questão do meio ambiente passou a ser tratada como assunto sério, tanto entre governo nacional e os governos internacionais e passou a tomar grandes proporções em 1992, quando estes se reuniram no Rio de Janeiro (ECO-92), no Brasil, onde foi discutido o problema de

preservação ambiental. A partir desse momento as legislações já existentes foram complementadas e serviram de suporte na conscientização mundial de que algo deve ser feito com maior rigor para que países e empresas respeitem o maior “bem” que possuem, o meio ambiente. E a partir desse momento, alguns empréstimos internacionais já condicionaram a recuperação e preservação ambiental como fator chave na obtenção de recursos, sendo que somente são aceitas empresas que destinam parte de seus recursos para atividades que garantam o desenvolvimento sustentável e que não agridam o meio ambiente. Essa exigência obriga muitos países a se adequarem às legislações, harmonizando-se mutuamente para não sofrerem prejuízos econômicos que possam vir a ocorrer, pois caso não estejam comportando-se de acordo com regras estabelecidas podem ter problemas em suas relações comerciais.

### 2.5.1 Legislação Ambiental Brasileira

A legislação ambiental brasileira reflete preocupações sobre a proteção à natureza, estabelecendo medidas para prevenir, proibir e minimizar danos ao meio ambiente, assim como fixa penas aos infratores, quer sejam pessoas jurídicas ou pessoas físicas.

Sendo assim mostrar-se-á um breve histórico em relação às legislações que tratam das questões ambientais no Brasil, sendo elas:

**Código Civil Brasileiro (1916):** Em seu artigo 554 traz um dispositivo que se traduz como proteção ambiental, onde transcreve sobre a ação ao vizinho, impedindo o mau uso da propriedade, vindo a prejudicar a segurança, o sossego e a saúde dos habitantes locais. Já em seu artigo 159, estabelece a responsabilidade de todos, quando ações ou omissões

voluntárias que levem prejuízos a outrem, no que cede direito ao prejudicado por danos à saúde e ao meio ambiente.

**Novo Código Civil (2002):** Instituído pela Lei 10406 de 10 de janeiro de 2002, entrando em vigor em 10 de janeiro de 2003, nos seu artigo 1277, repete o artigo 554 de 1916, assim como os artigos 186 e 927 de 2002, transcreve o artigo 159 de 1916.

**Decreto-lei nº 5452 de 1º-05-1943 (Consolidação das Leis do Trabalho):** em seus artigos 175, 176, 189, determina as condições ideais de trabalho, em que cabe às empresas cumprir as normas estabelecidas pela legislação, quanto a iluminação adequada apropriada à natureza da atividade, ventilação compatível com o serviço realizado e quanto a insalubridade e atividades perigosas que possam exigir seus empregados “a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição a seus efeitos”.

**Decreto-lei nº 221, de 28-02-1967 (Código de Pesca):** determina as modalidades de pesca autorizadas.

**Código Florestal, de 1965:** determina as formas de vegetação existente no território nacional e qualquer dano causado aos mesmos deverão sofrer sanções necessárias para proteger esse bem considerado de uso comum de todos os habitantes do país.

**Lei 5.197 de 1967 (Código de Caça):** determina a proibição da caça, perseguição e destruição de qualquer espécie animal pertencente à fauna silvestre.

**Lei 6938, de 1981:** determina a Política Nacional do Meio Ambiente, que define o Sistema de Controle Ambiental, onde este licencia e aplica sanções penais, civis e administrativas ao uso abusivo de áreas em degradação, assim como define e estabelece objetivos da política nacional de recursos ambientais. E também criou o Conselho Nacional de

Meio Ambiente e determinou que estados e municípios criassem os seus próprios conselhos.

### **Disposições da Lei Maior: a Constituição Federal, de 1988, sobre as questões ambientais**

De todas as constituições que o Brasil já teve, a atual, de 5 de outubro de 1988, é considerada a mais cidadã, pois diz que o Estado Democrático deve assegurar o exercício do direito à segurança, do bem estar e desenvolvimento de seus cidadãos, tendo como objetivo a qualidade de vida como princípio.

Quanto ao assunto meio ambiente, a constituição federal possui um capítulo especial, que trata da utilização da natureza como aliada a ser respeitada e preservada para o bom desenvolvimento social e econômico, conforme está descrito no capítulo VI, que trata do meio ambiente, o qual veremos no anexo A.

Além do que já foi disposto na Constituição Federal, ainda foram criadas políticas ambientais que regulamentam em âmbito federal, diversos temas relativos ao meio ambiente, tais como:

**Decreto Federal nº 24643/34:** Código de Águas.

**Lei Federal nº 6902/81:** Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (APAS).

**Resolução CONAMA nº10/88:** Regulamenta as Áreas de Proteção Ambiental (APAS).

**Lei Federal nº 7804/89:** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

**Lei Federal nº 9433/97:** Institui a política nacional de recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de gerenciamento de Recursos Hídricos.

**Lei Federal nº 9605/98:** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas, derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

**Decreto Federal nº 3179/99:** Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

**Lei Federal nº 9985/00:** Regulamenta artigo 225, § 1º, incisos I,II,III e VII da CF, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

#### 2.5.2 Legislação Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul

Várias são as matérias que tratam das questões relativas ao meio ambiente em nosso Estado. Dessa forma algumas serão expostas, sendo elas:

**Decreto 23082/74:** Institui a Política Estadual de Proteção Ambiental, organiza sob forma de sistemas as atividades de Proteção ao Meio Ambiente e dá outras providências.

**Decreto nº 29621/80:** Organiza o sistema Estadual de Proteção Ambiental.

**Lei Estadual nº 7877/83:** Dispõe sobre Transporte de Cargas Perigosas no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

**Lei Estadual nº 9077/90:** Institui a Fundação Estadual Proteção Ambiental e dá outras providências.

**Lei Estadual nº 9519/92:** Institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

**Decreto Estadual nº 34256/92:** Cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e dá outras providências.

**Decreto Estadual nº 34573/92:** Aprova o regulamento dos Parques do Estado do Rio Grande do Sul.

**Lei Estadual nº 9921/93:** Dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos, nos termos do artigo 247, parágrafo 3º da Constituição do Estado e dá outras providências.

**Decreto Estadual nº 35095/94:** Regulamenta o Registro no Cadastro Florestal de Produtores, Consumidores e Comerciantes de matéria-prima florestal.

**Decreto Estadual nº 35096/94:** Regulamenta o Sistema de Controle para Transporte de Produto Florestal, através de licenciamento obrigatório, no território do Rio Grande do Sul.

**Decreto Estadual nº 35439/94:** Regulamenta a obrigatoriedade da manutenção e da formação de florestas próprias plantadas para consumidores de matéria-prima florestal.

**Lei Estadual nº 10350/94:** Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

**Decreto Estadual nº 35356/98:** Aprova o Regulamento da Lei nº 9921/93, que dispõe sobre a gestão de resíduos sólidos no Estado do Rio Grande do Sul.

**Lei Estadual nº 11362/99:** Dispõe sobre resíduos sólidos provenientes de serviços de saúde e dá outras providências.

**Lei Estadual nº 11520/00:** Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

**Decreto Estadual nº 39314/99:** Regulamenta a Lei nº9453/91, que dispõe sobre as pesquisas, testes, experiências ou atividades na área da Biotecnologia e da Engenharia Genética, e dá outras providências.

**Lei Estadual nº 11560/00:** Introduce alterações na Lei nº 10350/94 que Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e na Lei 8850/89, que criou o Fundo de Investimento em Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul.

Dentre estas devemos destacar a Lei nº 9077/90, que dispõe sobre a instituição da Fundação de Proteção Ambiental – FEPAM, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Saúde e do Meio Ambiente, e que caberá atuar como órgão técnico do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, fiscalizando, licenciando, desenvolvendo estudos e pesquisas e executando programas e projetos, com vistas a assegurar a proteção e preservação do meio ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.

Sabe-se, portanto que um dos problemas mais difíceis de ser resolvido em relação a assegurar e proteger o meio ambiente é a destinação de resíduos, principalmente aqueles que são perigosos, pois além de prejudicar a natureza também causam sérios danos à saúde de quem entra em contato com eles.

## **2.6 Resíduos Perigosos**

### **2.6.1 Conceito de Resíduos Perigosos**

Conforme Castro (2003), na Convenção de Basileia são considerados resíduos perigosos, os explosivos, os líquidos inflamáveis, os sólidos inflamáveis, venenos e os tóxicos, além das substâncias

infecciosas, corrosivas que liberam gases tóxicos e também os capazes de gerar outro material quando depositados.

Ainda de acordo com o mesmo autor (2003), a declaração do Rio em 1992, em seus princípios 10 e 14, refere-se à obrigação dos Estados-Membros em manter seus habitantes informados sobre as substâncias perigosas e cooperar para evitar a recolocação ou transferência para outros Estados de quaisquer materiais que possam causar impacto ambiental grave ou que sejam prejudiciais à saúde humana.

### 2.6.2 Resíduos Perigosos no Brasil

O crescimento urbano cada vez mais intenso nos últimos anos, o aumento e a alocação de resíduos provenientes de diversas áreas, vêm causando grandes preocupações devido aos inúmeros problemas sociais e ambientais que eles causam e assim comprometem a qualidade de vida da população das grandes cidades.

Segundo Castro (2003), nos grandes centros urbanos aparecem resíduos gerados por restos de alimentos, embalagens ou os oriundos tanto de atividades industriais, comerciais, além de hospitalares, que são classificados como:

**Resíduos Domiciliares** - Gerados pelas residências, são eles: restos de alimentos, papéis, plásticos, vidros, metais (mercúrio, cádmio, zinco e chumbo em pilhas, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis), embalagens de produtos de limpeza doméstica (detergentes, ceras e alvejantes), cosméticos e produtos de maquiagem.

**Resíduos Comerciais** - Gerados por estabelecimentos de compra, venda e prestação de serviços, sendo eles: tintas, solventes, pneus, latas, graxas (usados em oficinas mecânicas) além das pastilhas e lonas de freio, onde é utilizado o amianto.

**Resíduos Públicos** - É o lixo resultante da limpeza de ruas, praças e logradouros, entulhos de construção civil (restos de moradias, tijolos).

Já de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, através da NBR 10004/1987, houve a classificação e definição dos resíduos perigosos, como aqueles que: " em função de suas propriedades físicas, químicas ou infecto-contagiosas, podem apresentar risco à saúde pública."

De acordo com a norma são classificados como resíduos perigosos, os seguintes:

**Os Resíduos do Lixo Domiciliar** - Onde é encontrado metais como mercúrio, utilizado em equipamentos e aparelhos eletrônicos, produtos farmacêuticos, lâmpadas de néon, pilhas, baterias, tintas, amaciantes, antisépticos e também o cádmio (encontrado em pilhas, baterias, plásticos, papéis), chumbo (encontrado em impermeabilizantes, anticorrosivos, cerâmica, vidro, inseticidas, embalagens e pilhas) e o alumínio(encontrado em cosméticos e maquiagens) sendo que estes produtos podem causar problemas sérios a saúde.

**Os Resíduos do Lixo Industrial** - São os poluentes como: monóxido de carbono, hidrocarbonetos, metais pesados, óleos gordurosos, graxas, óxidos de nitrogênio, poeiras e fuligens, amianto, tintas, corantes, solventes orgânicos, entre outros, sendo que a exposição a estes poluentes podem acarretar sérios problemas de saúde como também ao meio ambiente através de danos a vegetação, chuva ácida, efeito foto-oxidante, sendo que esses resíduos tornam-se mais perigosos e danosos do que os resíduos domiciliares.

**Os Resíduos do Lixo Hospitalar** - São eles: seringas e agulhas, restos de materiais utilizados em cirurgias, gases, bandagens, restos de gesso sendo que quando lançados em locais inapropriados, podem causar doenças infecto- contagiosas, afetando a saúde humana.

**Os Resíduos da Atividade Agrícola** - Esses resíduos são gerados devido ao uso crescente de agrotóxicos, que poluem diretamente as águas, pois as culturas geralmente se localizam nas suas proximidades. Os agrotóxicos mais usados no Brasil são: Melation, Aldrin, Trifluralina, Fusilade, Seltanetrina e Carbofuran sendo que estes possuem grande concentração de metais pesados, que afetam a saúde de seus usuários.

**Resíduos do Lixo da Atividade Nuclear** - Caracterizam-se pela alta toxicidade, sendo que o tempo de exposição ao meio ambiente é maior do que o dos outros resíduos, pois não havendo um controle rígido por parte das autoridades, pode gerar grandes danos tanto à natureza como à saúde humana.

Em relação ao tratamento legal dado aos resíduos no Estado do Rio Grande do Sul, pode-se citar as seguintes portarias:

**Portaria Estadual N °05/89, de 16/03/89:** Referente aos padrões de emissão de efluentes líquidos. E também aprova a Norma Técnica SSMA N° 01/89-DMA, que dispõe sobre critérios e padrões de efluentes líquidos a serem observados por todas as fontes poluidoras que lancem seus efluentes nos corpos d' água interiores do Estado do Rio Grande do Sul.

**Portaria Estadual N° 12/95-SSMA, de 29/11/95:** Refere-se à exigibilidade de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para empreendimentos de processamento e disposição final no solo, de resíduos sólidos urbanos. E também aprova a Norma Técnica N° 03/95-FEPAM, que dispõe sobre a classificação dos empreendimentos de processamento e disposição final do solo, de resíduos sólidos urbanos, quanto à exigibilidade de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) no licenciamento ambiental do Estado do Rio Grande do Sul.

**Portaria Estadual N° 10/96-SSMA, de 17/10/96:** Refere-se à exigibilidade de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto

Ambiental (EIA/RIMA) para empreendimentos de processamento e destinação final de resíduos sólidos industriais perigosos. E também aprova Norma Técnica Nº 001/96-FEPAM, que dispõe sobre a classificação dos empreendimentos de processamento e destinação final de resíduos sólidos industriais perigosos, quanto à exigibilidade de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) no licenciamento ambiental do Estado do Rio Grande do Sul.

**Portaria Estadual Nº 47/98:** Aprova o MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS - MTR e dá outras providências.

Além das leis e decretos já homologados, como os já citados, existem projetos tramitando tanto em âmbito federal quanto estadual, para reforçar a proteção aos impactos ambientais.

Em nosso país, a legislação ambiental segue tendências de princípios de sustentabilidade que existem nos países desenvolvidos.

As sanções previstas na legislação federal para os crimes ambientais, vão desde a prestação de serviços à comunidade, sanções restritivas de direito, suspensão parcial ou total de atividades da empresa, multas e até mesmo a prisão dos responsáveis pelos crimes ambientais.

No âmbito estadual, além de todas as sanções previstas na legislação federal, existem leis específicas para controlar o procedimento das empresas localizadas no Estado.

O descumprimento das normas previstas nessas leis pode causar conseqüências no desenvolvimento normal das atividades operacionais de entidades em geral, particularmente de indústrias, com reflexos em seu patrimônio e situação financeira.

### 3 ESTUDO DE CASO

A CVI Refrigerantes Ltda atua no ramo de fabricação e distribuição de refrigerantes em Santa Maria há 25 anos, e no decorrer desse período a empresa assumiu seu compromisso social e cidadão no desenvolvimento econômico, educacional e cultural da comunidade onde está presente.

Para que se tome conhecimento do desenvolvimento da empresa com a Responsabilidade Social e Ambiental foi realizada entrevista com a coordenadora dos Projetos Sociais do Grupo CVI Refrigerantes Ltda, Delvia Kantorski, aplicou-se um questionário sugestivo sobre o desenvolvimento do temas responsabilidade social e as questões ambientais desenvolvidos dentro da empresa. Além do questionário foram utilizadas publicações fornecidas pela coordenação da empresa sobre o funcionamento do Grupo CVI.

O questionário foi realizado contendo as seguintes questões básicas:

- a) Como iniciou o Grupo CVI e como foi o seu desenvolvimento ao longo do tempo?
- b) Qual a visão, valores, finalidade e princípios da empresa?
- c) Dentro do contexto atual, como e quando a empresa sentiu necessidade de desenvolver atividades na área social?
- d) Quais os Projetos Sociais desenvolvidos pela empresa?
- e) Quais as atividades desenvolvidas na área social e ambiental?

- f) Qual a importância do Balanço Social para o Grupo CVI Refrigerantes?
- g) Quando começou a publicação do Balanço Social e qual seu objetivo?
- h) Como esse balanço é demonstrado ao público interessado?
- i) Quanto às questões ambientais, quais as políticas da empresa?
- j) Quais os principais programas desenvolvidos pela empresa?
- l) Qual o papel do profissional contábil junto a empresa?

As respostas a este questionário foram estruturadas em forma de um texto dissertativo, contendo um resumo das atividades da empresa.

### **3.1 Empresa CVI Refrigerantes Ltda.**

#### **3.1.1 Histórico**

O Grupo CVI (Companhia Vontobel de Investimentos), hoje formado pelas empresas CVI Refrigerantes Coca-Cola, Novitá Fiat, Missiovel Fiat, Helicópteros e Cia. Táxi Aéreo, Incubadora de Investimentos da Internet e Fonte Ijuí e ainda acionista das cervejarias Kaiser S.A, tem o princípio de sua trajetória nos anos 40, porém as raízes de sua força encontram-se na família Vontobel, arraigada no estado do Rio Grande do Sul há mais de 100 anos.

Esta história de empreendedorismo e sucesso começa com a vinda do primeiro membro da família Vontobel para o Brasil por volta de 1890, o suíço Jacob Vontobel. Jacob, então com 18 anos, se integrou a uma comitiva de imigrantes e chegou ao Rio Grande do Sul, estabelecendo-se na cidade de Ijuí, casando-se com a descendente de alemães Cristina Dannenberg. Dedicou-se às atividades agrárias, sendo sua grande marca o espírito de liderança e sociativismo.

A vida de Jacob Vontobel foi marcada pela participação na sociedade, nas áreas da cultura, do esporte e da religião.

O casal Jacob e Cristina tiveram quatro filhos. A partir do filho mais velho, João, é que se originou o ramo da família Vontobel que, quase meio século depois, criou o Grupo CVI. Desde 16 anos, João traçou seus primeiros planos, chegando a gerente da loja em que trabalhava e mais tarde tornou-se o proprietário da loja, sendo chamada, assim, de loja João Vontobel. Ao todo foram instalados dez filiais da loja na região do Alto Uruguai. Nestas lojas eram comercializados os mesmos produtos da matriz.

O pioneirismo e a criatividade foram constantes na vida de João, mesmo nos assuntos pessoais. Foi em um passeio de carro, que ele descobriu uma fonte de água mineral, existente no município de Ijuí, que deu origem a Fonte Ijuí. Hoje, a Fonte Ijuí, Empresa Mineradora Ijuí Ltda, é uma das empresas pertencentes ao grupo CVI e a líder das águas minerais no Rio Grande do Sul.

O filho mais velho de João, Arno Vontobel, instalou em Porto Alegre uma pequena fábrica de doces, tornando-se um marco na vida dos Vontobel: um início na capital, independente dos negócios do pai, e a partir do qual todos os irmãos vão sendo envolvidos, pouco a pouco, nos negócios desenvolvidos em mútuo esforço e renovação.

Buscando otimizar a utilização de carroças e caminhões na distribuição de doces, em 1948 são iniciadas as atividades de distribuição de bebidas.

Em 1949, impulsionados no sucesso da distribuição da Laranjinha, instalam a Indústria de Refrigerantes do Sul Ltda em Porto Alegre.

Em 1953, os Vontobel instalam uma filial em Santo Ângelo, com objetivo de diminuir os custos de distribuição da bebida para essa região. A abertura dessa pequena filial deu origem ao Grupo Vontobel, do qual os irmãos eram acionistas e que, 32 anos mais tarde se transformaria em dois grupos distintos: Vompar e CVI.

Em 1956, a empresa passou a denominar-se Refrigerantes Vontobel Ltda. Antes disso, a Laranjinha encerrou suas atividades em Porto Alegre.

No final da década de 50, a empresa passou a distribuir os produtos Brahma, que vinham de Passo Fundo, e o refrigerante Coca-Cola, vindo de Porto Alegre. Em 1959, o grupo incorpora a empresa Águas Minerais Vontobel Ltda.

Na década de 60, a empresa já estava organizada, com membros da família responsáveis por setores diferentes. O comportamento pragmático dos irmãos Vontobel (netos de Jacob) foi decisivo para se tornarem fabricantes da Coca-Cola. O processo de negociações com a franqueadora da Coca-Cola durou três anos. Ser distribuidor da bebida credenciou a empresa Refrigerantes Vontobel Ltda, em 1963, a ser uma de suas fabricantes no Brasil.

Até então, a Coca-Cola tinha uma percentagem muito pequena no mercado da região e do Estado, sendo que a sua concorrente detinha quase 70% das vendas de refrigerante na época. Com a instalação da fábrica em Santo Ângelo, em seis anos os números mudaram, igualando-se com os da concorrente.

Em 1965, a empresa decidiu concentrar-se exclusivamente na Coca-Cola.

Em 1966, o grupo adquire a Água Mineral e Hotel Balneário Fonte Ijuí e faz ampliações significativas, modernizando as instalações da indústria e do Parque como um todo. Ainda em 1966, o grupo passa a atuar em Santa Maria, no centro do Estado, com a instalação do depósito regional da Coca-Cola, sob gerência de Olavo Luiz Londero, cunhado dos irmãos Vontobel. A cidade foi escolhida para ser incluída nos negócios do grupo por uma questão estratégica: sua posição geográfica privilegiada, a construção da primeira Universidade do Interior do Brasil, e o grande número de pessoas que já formavam sua população e faziam do município um ponto importante para expansão do Grupo.

Em 1971, o Grupo faz a aquisição da fábrica da Coca-Cola de Pelotas, na região sul do Estado.

Em 1972, o Grupo inaugura as novas instalações da fábrica existente em Santo Ângelo, com recursos do próprio negócio.

Santa Maria inaugura uma fábrica no Distrito Industrial, no dia cinco de dezembro de 1977. No mesmo ano são instalados dois novos depósitos: um em Santa Cruz do Sul e outro em Passo Fundo. Neste período o Grupo também mantinha distribuidores de Coca-Cola em pontos estratégicos do Estado, o que garantia a inserção de seus produtos em vários municípios.

Em 1985, as empresas do Grupo são subdivididas com a preocupação da futura sucessão dos negócios. São criados os grupos Vompar - Vontobel Participações e a Indústrias Vontobel S.A, que mais tarde se transforma em CVI - Companhia Vontobel de Investimentos. As fábricas de Santo Ângelo, Pelotas e Nova Iguaçu (RJ) ficaram com o Grupo Vompar e as fábricas de Santa Maria, Passo Fundo e da Fonte Ijuí ficaram com as Indústrias Vontobel S.A. Com a cisão, João Jacob Vontobel ficou como diretor presidente do Grupo Vompar e Ottomar Vontobel como diretor Presidente das Indústrias Vontobel S.A, hoje Grupo CVI, sendo ambos netos de Jacob Vontobel.

A mudança ocorrida a partir da cisão do Grupo foi um marco extremamente importante para a família, pois foi vista como uma atitude saudável e positiva, permitindo que houvesse uma participação mais ativa nos negócios, por parte da nova geração da família. A divisão fez com que os dois grupos pudessem multiplicar os seus ativos, tendo, a partir daí, um crescimento maior que a média brasileira.

Em 1990, o Grupo adquiriu máquinas novas para a fábrica da Coca-Cola em Santa Maria, ampliando a capacidade e qualidade de produção.

Em 1991 a CVI comprou parte do Hotel Fonte Ijuí que havia ficado com a Vompar, tendo assumido a controle total da empresa.

A unidade de Santa Maria também teve modificações na produção em 1992 quando adotou como embalagem as garrafas PET de dois litros, tornando o processo ainda mais prático e conveniente e assim atendendo a demanda do mercado.

Em 1995, antecipando-se a necessidade, houve o início da produção (sopro) de garrafas PET, dentro da própria CVI- Refrigerantes Ltda, com a instalação do Sopro “*in house*” como forma de parceria entre a CVI e a Petropar. Até aquele momento a embalagem PET era recebida já soprada e de outros locais como, por exemplo, São Paulo e Santa Catarina.

Durante os anos 90, bem colocados no mercado, os Vontobel começaram a diversificar as suas atividades pois não havia a possibilidade de ampliar as fronteiras da franquia de Coca-Cola. Surgiu nessa década o Grupo hoje formado pelas empresas CVI Refrigerantes Coca-Cola, Novitá Fiat, Missiovel Fiat, Helicópteros & Cia. Táxi Aéreo, Incubadora de Investimentos da Internet e Fonte Ijuí.

Em toda sua trajetória a CVI teve muitas experiências e sempre levou os negócios com seriedade e otimismo, o que faz dos resultados uma idéia de consequência do que se faz na prática.

### 3.1.2 Visão

Ser uma organização com clareza de visão na análise, direcionamento e realização de investimentos que permitam:

- A duplicação do Valores Patrimoniais Líquidos nos próximos 10 anos;
- Ter outro(s) negócio(s) dirigido(s) ao mercado externo com retornos superiores a 6% e crescimento da empresa acima de 10% anuais;

- Ter um time de controllers altamente qualificados, com forte visão financeira.

### 3.1.3 Valores

A CVI quer ser reconhecida por suas características de:

- Liderança nas áreas de atuação;
- Perseverança na busca da manutenção e desenvolvimento dos bons negócios;
- Inovação e criatividade na prospecção de novas oportunidades que alavanquem o seu crescimento integral (acionistas, clientes, colaboradores e sociedade);
- Integridade e profissionalismo dos seus acionistas, colaboradores e empresas controladas e coligadas;
- Responsabilidade, Comprometimento e Amor que todas as pessoas envolvidas na organização colocam nas suas ações.

### 3.1.4 Finalidade Básica

Análise, direcionamento e realização de investimentos na busca da manutenção e desenvolvimento dos bons negócios, assim como a prospecção de novas oportunidades, que alavanquem o crescimento integral (acionistas, clientes, colaboradores e sociedade).

### 3.1.5 Princípios

A empresa CVI adota como princípios fundamentais para seu desenvolvimento:

- Regras claras de comportamento;
- Disciplina;
- Respeito entre as partes;
- Colaboração ;
- Lealdade;
- Valorização da diversidade e riqueza de pensamentos;
- Busca de soluções criativas.

O comprometimento com seus funcionários, parceiros e clientes, estabelece relacionamentos sólidos com todos, sendo que a empresa se compromete com o país onde está presente, com seu foco e com a preservação do meio ambiente.

No Brasil, os dezesseis grupos de fabricantes ligados à Companhia Coca – Cola trabalham como parceiros integrados e estão envolvidos na mesma filosofia, entre eles a CVI Refrigerantes Ltda, pois para a Coca-Cola, nada é mais importante que a integridade das operações, qualidade dos produtos e a responsabilidade das ações. Pois oferecer produtos e serviços de alto padrão de inovação e qualidade a seus consumidores, assim como ter uma relação transparente de amizade e confiança com seus clientes é um princípio básico para a empresa.

## **3.2 A CVI Social**

### **3.2.1 Responsabilidade e Ação Social**

A empresa desde a fundação sentiu necessidade de desenvolver atividades na área social, pois seus acionistas sempre buscaram o envolvimento comunitário, sendo que os programas estruturados pelos colaboradores datam de pelo menos 10 anos atrás. Já a assessoria de responsabilidade social começou a fazer parte do organograma da CVI  *Holding* em 2001.

A CVI constata que a imagem de uma empresa atualmente é cada vez mais vinculada à maneira com que atua frente aos grupos com os quais se relaciona: colaboradores, clientes, fornecedores e comunidade em geral, por isso deve agir de forma benéfica a eles.

Assim, o Grupo CVI, entra em uma nova etapa, com ações voltadas para o bem comum, pois acredita que, empresas de sucesso são e serão aquelas que, além de realizarem ações responsáveis para seus colaboradores, acionistas e comunidade, contribuem para fomentar a iniciativa humana, pois é através dela, que poderá haver uma transformação com a adoção de projetos, gerando oportunidades para que todos possam viver melhor.

### **3.2.2 Projetos Sociais**

Além de todas as ações nacionais promovidas pela Coca-Cola, existem ações regionais que criam um canal de comunicação direto entre o sistema e a comunidade das regiões onde ela está presente, sendo assim a CVI Refrigerantes, adota algumas ações, tais como:

**Programa CVI Social** - que se caracteriza por ser uma doação da empresa, onde há o reconhecimento e a valorização daquelas organizações sociais que mantêm sua contabilidade e documentação em dia, onde quatro organizações escolhidas pela comunidade recebem uma premiação em dinheiro investido em ações e obras sociais das entidades.

**Escola de Informática e Cidadania CAIC Luizinho de Grandi** - que se caracteriza por ser um investimento da empresa na área de educação, com a doação de impressoras para a Escola de Informática montada nas instalações do Centro de apoio Integral à Criança - CAIC Luisinho de Grandi, um centro de educação, saúde e lazer para a população da zona sul de Santa Maria.

**Instituto Harmonia e Escola de Informática e Cidadania** - que se caracteriza por ser um investimento da empresa na área de educação, onde há a doação de computadores e impressoras para a Escola de Informática montada como parte do Programa Harmonia, que congrega 135 famílias com cursos de artesanato, cidadania e informática.

**Concertos CVI** - que se caracteriza por ser um investimento da empresa na área da cultura, onde há realização de Concertos da Orquestra Sinfônica de Santa Maria abertos ao público em geral.

**Feira do Livro Infantil- Projeto Dinotchê** - que se caracteriza por ser um investimento da empresa na área de educação, onde há a impressão de livro infantil, contando a histórias dos dinossauros e distribuição na feira do livro infantil em Santa Maria.

**Museu Treze de Maio** - que se caracteriza por ser um investimento da empresa na área da cultura, com a criação de um museu e teatro para resgate da cultura afro-brasileira, mais especificamente da memória do Clube Treze de Maio em Santa Maria, antigo centro cultural que necessitava de restauração, sendo que após sua restauração foi reaberto à comunidade.

**AIESEC** - que se caracteriza por ser um investimento da empresa na área de educação, onde há a contratação do Programa Internacional de Intercâmbios, promovendo o voluntariado nas Universidades e a integração cultural com profissionais estrangeiros.

**Programa Com o Coração na Mão por uma Boa Ação** - que se caracteriza por ser um programa da empresa na área de saúde, onde há campanha de doação de sangue, realizada em datas estratégicas, como feriados prolongados e concursos vestibulares, em que o doador ganha “corações anti-stress”.

**Programa Coca-Cola Reciclou, Ganhou** - que se caracteriza por ser um programa da empresa na área de educação ambiental, pois é um projeto da Coca-Cola, presente em 18 estados que, desde 1996, dá um destino muito mais nobre e produtivo a materiais não biodegradáveis.

### 3.2.3 Atividades desenvolvidas na Área Social

Podemos citar algumas atividades desenvolvidas pela empresa na área social, são elas:

**Atividades na área de saúde:** Através da ginástica laboral na fábrica, dieta balanceada com nutricionista no refeitório, médico e dentista na empresa e campanhas de conscientização sobre saúde e segurança.

**Atividades na área de educação:** Através de biblioteca, auxílio educação com financiamento de até 75% de cursos de graduação e pós-graduação, financiamento de cursos de idiomas, assinatura de jornais e revistas, treinamentos de cursos externos.

**Atividades na área da cultura:** Através do apoio aos grupos de teatro e coral formado por filhos de funcionários nas festas de 1º de maio e Natal

e também através da promoção do Carnaval da Cidadania (na Avenida Liberdade com preços populares).

**Atividades na comunidade:** Através de campanha de arrecadação, do Brechó Solidário, apoio ao GRAVO (promoção de cunho social no Parque Pinheiro Machado) e também mantenedor dos Parceiros Voluntários.

### **3.3 Apresentação e evolução do Balanço Social do Grupo CVI Refrigerantes Ltda**

Segundo entrevista realizada com a coordenadora do Programa CVI Social, Delvia Kantorski, pode-se observar como a empresa atua na comunidade onde está inserida, e o quanto é importante ser considerada empresa-cidadã, mostrando o compromisso com a transparência e com a responsabilidade social, expressa nos valores, na visão, na missão e nas responsabilidades econômicas (de produzir a um preço que garanta a continuidade das atividades), legais (no cumprimento de normas e leis), éticas (ao atuar de maneira esperada e aceita pela sociedade) e filantrópicas (indo além do limite das empresas e auxiliando de forma voluntária a quem precisa de apoio).

Sendo assim, diversas iniciativas têm sido tomadas no sentido de praticar o bem comum, como a participação da empresa no Prêmio de Responsabilidade Social da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 2001, que certificou todas as empresas do Grupo CVI, a parceria com o Comitê para Democratização da Informática (CDI), e com o CAIC Luizinho de Grandi, que trouxe para Santa Maria a primeira Escola de Informática e Cidadania da região, além do apoio aos Parceiros Voluntários, organização que multiplicou em menos de um ano a ação voluntária na cidade.

Foi, portanto, através de todas essas realizações que houve a apresentação do primeiro Balanço Social em 2001, onde a empresa começou a demonstrar como assumia a sua responsabilidade social, pois além de ser uma tendência para adequação às exigências de mercado, este demonstrativo passou a contribuir com o crescimento e amadurecimento da comunidade, investindo em pessoal consciente de sua parcela de responsabilidade e contribuição em educação e assim promovendo transformações significativas em seu meio.

Em 2002 foi apresentado o 2º Balanço Social, destacando os investimentos interpessoais, sempre valorizando os grupos de relação, e foi neste mesmo ano ao comemorar 25 anos da fábrica CVI que foi lançado o Programa CVI Social, que visa encorajar mais de 40 entidades, Organizações Não Governamentais (ONG'S) e associações comunitárias santamarienses a desenvolver com clareza de visão em investimentos, onde os maiores beneficiários serão aqueles que vivem hoje das instituições que aceitaram o desafio: usuários, colaboradores, parceiros, fornecedores e a comunidade em geral.

Em 2003 o Balanço Social, destaca-se pelo sucesso da 1ª edição da CVI Social que mostrou a importância da clareza de visão em Investimentos Sociais para mais de 40 instituições que participaram do Programa no ano anterior. E ainda em 2003 aconteceu a 2ª edição deste Programa, sendo lançado o projeto do Restaurante Prato Popular, com apoio do Banco Santander, que beneficiará duas instituições em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Social da Indústria (SESI) para treinamento de gestores das entidades.

Assim pode-se definir que o Balanço Social da empresa representa a preocupação da entidade em demonstrar com transparência as atividades desenvolvidas e a efetiva inserção nas comunidades onde vive, promovendo o aumento da qualidade de vida através de seus projetos e eventos realizados durante o ano. A empresa publica seu Balanço Social anualmente no mês de maio.

### 3.3.1 Características da forma de demonstração do Balanço Social

O Balanço Social da organização é demonstrado através de gráfico em forma de disco, o “Bolo CVI”, como é conhecido popularmente, onde cada fatia desse “bolo” demonstra para quem se destina às receitas resultantes das atividades desenvolvidas pela empresa, sendo que os grupos de relação que se beneficiam dessas receitas e investem nos negócios da empresa, são: Governo e Sociedade (através da arrecadação dos tributos e da relação da empresa com a comunidade), Franqueadores (que são os principais fornecedores com quem há divisão de políticas e estratégias), Fornecedores (de matérias- primas, produtos e serviços), Prestadores de Serviço, Colaboradores (quadro de pessoal) e Acionistas (pessoas que compõem o quadro social, que investem com capital e esperam seu retorno).

Por isso a organização orgulha-se em realizar este demonstrativo, pois é uma ferramenta de apoio que expressa a realidade das ações da entidade e não somente uma prestação de contas, mas sim o reflexo de suas atividades que convida todos a agirem de alguma forma em prol do crescimento de sua cidade.

Nos anexos B, C, D e E são apresentados as demonstrações dos balanços sociais editados em 2001, 2002 e 2003 conforme modelo fornecido pelo IBASE onde são observadas as ações ligadas a área social, dando publicidade a todos os colaboradores e demonstrando o quanto a empresa está sintonizada com a comunidade.

### 3.4 Desenvolvimento dos Colaboradores

Agir responsabilmente com os colaboradores também é uma preocupação constante do Grupo CVI, pois oferecer a eles a oportunidade

de acompanhar o crescimento da entidade passa a ser também uma meta onde além de investir no seu negócio, tornando-o moderno e competitivo, existe a busca de um ambiente favorável à cooperação e comprometimento com o desenvolvimento do ser humano, estimulando as pessoas, em todos os níveis a entrarem na aventura empresarial. Para isso são realizados investimentos em pesquisas internas para detectar possíveis problemas e assim analisá-los e saná-los, isto tudo com o intuito de aumentar o índice de satisfação, os instrumentos utilizados para isso são conhecidos como “Termômetro de Satisfação Interna”.

Nos anexos F, G e H são colocados os resultados das pesquisas realizadas nos anos de 2001, 2002 e 2003.

### **3.5 Compromisso Ambiental da Empresa**

A Companhia Vontobel de Investimentos (CVI) tem a preocupação em manter o equilíbrio da natureza, considerando que zelar e proteger o meio ambiente é um dever de todos, independentemente da atividade que praticam e onde praticam. A empresa, baseada nessa afirmação, está fazendo a sua parte, ou seja, está procurando neutralizar os efeitos de ações que causam impacto ambiental, considerando que seres humanos vivem em um ecossistema em que os processos cíclicos se renovam, como se sabe os seres nascem, crescem, reproduzem-se e morrem, dando espaço aos novos seres, que irão viver o mesmo ciclo.

Assim, a CVI investe na capacidade de modificar os impactos causados ao meio ambiente como rios poluídos, lixo, resíduos, desmatamento, entre outros, para que todos os seres possam naturalmente desenvolver o seu ciclo de vida.

A empresa vem realizando o plantio sistemático de árvores nativas e frutíferas, o tratamento de efluentes que tem permitido devolver à

natureza a água utilizada em condições de preservar a vida, comprovada através de aquários e viveiros de peixes. Também há a preocupação com a reciclagem dos materiais biodegradáveis, com o tratamento dos resíduos industriais, com o controle dos gases dos veículos, entre muitas outras ações.

A CVI parte do princípio de que se as pessoas quiserem viver num mundo melhor, é preciso fazer por merecê-lo. E merecer um mundo melhor passa pela profunda consciência ecológica e cuidados com o meio ambiente, seja nos pequenos gestos, seja nos cuidados coletivos que devem ser responsabilidade de todos, principalmente das empresas.

### 3.5.1 Programas ambientais direcionados para a preservação da natureza

Todas as ações que demonstram o compromisso ambiental da empresa foram possíveis graças à filosofia da Coca-Cola que acredita que o negócio deve ser conduzido de forma a proteger, preservar e melhorar o meio ambiente. Este é o princípio básico do Sistema de Gestão Ambiental da Coca-Cola, chamado *ekosystem*, que criou programas como: o Reciclou, Ganhou, transformando toneladas de papel, alumínio, plásticos e vidro em material aproveitável; o Água Limpa, que trata a água utilizada como matéria-prima dos seus refrigerantes; o Programa de Conservação de Energia, que minimizou os gastos nas unidades de produção, o Programa de Proteção da Camada de Ozônio, que eliminou o uso de gases nocivos à camada de ozônio nas suas atividades industriais; e a Operação Qualidade do Ar, que diminuiu significativamente a emissão de gases poluentes de sua frota de veículos.

### 3.5.1.1 Reciclou, Ganhou

Este é um projeto que está presente em 18 estados brasileiros que, desde 1996, dá um destino muito nobre e produtivo a materiais não biodegradáveis.

Através de projetos educacionais de conscientização ambiental e parcerias com escolas públicas e privadas, hospitais, entidades filantrópicas, estabelecimentos comerciais, associações de moradores, cooperativas de reciclagem e catadores autônomos, o material reciclável é recolhido e segue para uma nova indústria que está se formando, graças aos programas de conscientização: a indústria de reciclagem. Como exemplo, a grande parte das embalagens PET é destinada à produção de fibras de poliéster para a indústria têxtil, e o restante é utilizado na fabricação de cordas, cerdas de escovas e vassouras, enchimento de travesseiros e novas embalagens de produtos de limpeza.

Esse programa, além de gerar empregos em diversas etapas do processo, reverte o lucro em equipamentos necessários aos parceiros, como computadores, materiais esportivos e móveis para escolas, novos aparelhos para os hospitais. O Reciclou, Ganhou, beneficia órgãos como a sociedade Viva Cazuza, o Natal sem Fome e apóia as cooperativas de Reciclagem que fazem coleta seletiva de materiais recicláveis nas comunidades.

### 3.5.1.2 Programa Água Limpa

Este programa trata a água utilizada na produção do refrigerante, recebendo um tratamento especial que lhe concede um grau de pureza suficiente para permitir a criação de peixes, nos aquários e viveiros da empresa.

Essa política ambiental de tratamento e otimização de água é mais uma prática de qualidade e excelência para com a natureza e a sociedade brasileira na preservação deste recurso natural.

#### 3.5.1.3 Conservação de Energia

O uso racional da energia é o dever de toda a empresa responsável, pois a energia é um recurso vital para o desenvolvimento de qualquer país. Por este motivo, em 1997, a Coca-Cola aderiu ao Procel - Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica, elaborado pela Eletrobrás para o setor industrial- com o intuito de implementar um projeto de otimização do consumo de energia elétrica nas fábricas. Para esse compromisso foi feito um grande investimento na compra de equipamentos, que permitiram a redução dos gastos com energia em até 20 % em várias unidades de produção.

#### 3.5.1.4 Proteção da Camada de Ozônio

A função da camada de ozônio é filtrar a radiação ultravioleta do sol, que é altamente nociva à saúde e ao meio ambiente.

A função da empresa Coca-Cola é adotar uma estratégia mundial agressiva para a camada de ozônio. Já em 1995, a empresa substituiu o gás CFC (clorofluorcarbono) usado em suas máquinas pelo gás HFC-134 que não tem cloro e, portanto, não afeta a camada de ozônio. Além disso, ela exige que seus franqueadores, sendo a CVI uma dessas franquias, que ao fazerem a manutenção de seus equipamentos, coletem os gases refrigerantes em cilindros, para serem reciclados e reutilizados, evitando a sua liberação para a atmosfera.

#### 3.5.1.5 Operação Qualidade do Ar

Criado em 1996, o projeto Operação Qualidade do Ar, reduziu significativamente a emissão de gases poluentes de sua frota de veículos, através da conscientização dos motoristas e da distribuição de uma ferramenta ágil para medir a qualidade da fumaça emitida pelos veículos - a Escala Rigelmann simplificada.

Com mais de 10 mil veículos rodando por todo o país, era fundamental que a Coca-Cola, preocupada com o meio ambiente, se voltasse para um programa de controle de emissão de gases de sua frota.

#### 3.5.2 Projetos Ambientais Regionais

Além de todas as ações nacionais promovidas pela Coca-Cola, existem as ações regionais, que criam um canal de comunicação entre a empresa e as comunidades das regiões onde ela está presente.

A CVI (Companhia Vontobel de Investimentos) está procurando fazer sua parte para zelar, proteger e melhorar o meio ambiente da região.

##### 3.5.2.1 Projeto Reciclar

Esse projeto permite que todos possam participar, para dar um destino apropriado às embalagens plásticas e latas. Em Santa Maria a empresa faz o recolhimento dessas embalagens e terceiriza para os catadores a responsabilidade na destinação delas para a reciclagem, já que não existe uma Cooperativa de catadores, organizada.

Assim as embalagens que virariam lixo, tornaram-se mais úteis no processo, pois além de protegerem a natureza, geram empregos nas diversas etapas da reciclagem.

### 3.5.2.2 Reflorestamento

Tendo em vista a importância que tem para a nossa sociedade o equilíbrio da natureza, a CVI vem realizando, desde 1983, o plantio sistemático de árvores nativas e frutíferas, nas áreas da sua fábrica, nos Centros de Distribuição de Bebidas (Rosário do Sul, Santa Cruz, Passo Fundo), na Fonte Ijuí e no campo que abriga o confinamento bovino da PAF - Parceria Agropecuária da Fonte.

O reflorestamento iniciou com o plantio de 2000 mudas de eucalipto e 1800 mudas de pinus, em uma área total de 380,3 hectares, em Caçapava do Sul, junto a BR 290. Essa atividade tem como finalidade não apenas o retorno financeiro, como a venda de madeiras, mas principalmente a preservação da natureza, servindo de abrigo e alimento para a fauna e proteção da cobertura do solo.

A CVI, está investindo na atividade de reflorestamento, pois há uma enorme preocupação quanto a continuidade da existência de florestas. Propõe-se a manter essa atividade, auxiliando na tarefa de defesa dos recursos naturais renováveis, para que outras empresas também desenvolvam essa consciência ambiental.

Sendo assim o envolvimento com essas questões se reflete no dia-a-dia da empresa, em todas as suas atividades, oportunizando o desenvolvimento sustentável àqueles que se interessam pelo bem estar e pelo crescimento mútuo de nossa comunidade.

## 4 CONCLUSÃO

Em um contexto mundial com investimentos sem igual de valores e bens, são as pessoas que fazem parte das organizações da sociedade que traçam as diretrizes que a mesma deverá seguir, tendo em si a oportunidade de fazer mais e da melhor maneira possível, fazendo assim a diferença, especialmente em sua comunidade.

O século XXI iniciou com uma grande transformação econômica, onde as relações comerciais apresentam muita competitividade, mas devem estar cada vez mais embasadas nas responsabilidades das empresas.

Mais que uma tendência, hoje a responsabilidade social é imprescindível nas empresas em nossa sociedade, pois está é uma forma de contribuir com o crescimento e amadurecimento da comunidade em que está inserida, bem como é uma maneira de adequar-se às exigências do mercado.

Assim, as empresas socialmente responsáveis e ecologicamente corretas são as que mais se desenvolvem, oferecendo produtos e serviços com altíssimo padrão de inovação e qualidade aos seus consumidores.

As questões ambientais começaram a ser muito questionadas, tanto por parte do governo quanto da população, quando começou a haver graves impactos contra o meio ambiente, no país. A partir daí, as empresas brasileiras começaram a preocupar-se com o meio ambiente efetivamente.

A sociedade como um todo, tanto os empresários como o profissional contábil e a comunidade em geral, conscientes da necessidade de justiça e de ambiente saudável, não exige apenas a qualidade de produtos e serviços, mas também o que a empresa proporciona: os seus valores, comprometimento com a comunidade e favorecimento à cidadania e dignidade.

Tomando-se como referência Grupo CVI, empresa do setor de refrigerantes, localizada em Santa Maria, Rio Grande do Sul, analisou-se o desenvolvimento de seus projetos e a realização de suas práticas de responsabilidade social e ambiental. Verificou-se que a CVI é uma empresa que se enquadra neste momento global, buscando fazer o melhor em sua área de atividade, atuando não apenas na produção de bens, mas também fazendo além das responsabilidades básicas de uma organização industrial.

Analisando-se o procedimento da empresa em relação às questões sociais e ambientais e o seu desenvolvimento econômico, verifica-se que ela é uma empresa comprometida com seus funcionários, parceiros e clientes, estabelecendo relacionamentos sólidos com todos e cada um deles, comprometida com a cidade e região onde está localizada, com os seus habitantes e com a preservação do meio ambiente.

A CVI é uma empresa muito atuante na área social: a responsabilidade social sempre foi um dos seus principais objetivos, sendo demonstrado através de programas e projetos sociais preocupados com os grupos com os quais se relaciona, como colaboradores, clientes, fornecedores e comunidade em geral. Desenvolve iniciativas que motivam o crescimento pessoal e profissional, como a geração de empregos, a segurança interna do funcionário, segurança na área de trabalho, a oportunidade de estágios, a parceria com organizações não governamentais, entre outras.

A CVI, em Santa Maria, também tem dado um consistente e regular apoio às iniciativas artísticas, culturais e comunitárias através do

patrocínio de eventos e espetáculos de artistas locais, nacionais e internacionais. Esse compromisso com a cultura, reflete uma postura filosófica da empresa, que reconhece o papel social e cidadão das organizações privadas no desenvolvimento econômico, educacional e cultural da comunidade onde atua. Democratizar o acesso a bens culturais é um dos compromissos da CVI e faz parte da política de trabalho da empresa.

Do tratamento da água utilizada na produção até o apoio ao aprendizado da informática em uma escola de Santa Maria, Rio Grande do Sul, a CVI demonstra o seu comprometimento com as ações sociais, investindo em pessoal consciente de sua parcela de responsabilidade e contribuição, aplicando recursos em educação e promovendo transformações significativas em seu meio de atuação.

No mercado atual onde ocorrem constantes mudanças, o profissional contábil deve estar preparado e adequado às novas necessidades de uma economia globalizada, pois uma de suas responsabilidades é a geração de informações de todas as operações realizadas pela empresa, orientando e participando junto aos gestores de todas as decisões da organização.

Para o Grupo CVI este profissional é de extrema importância para o desenvolvimento de suas atividades sociais, auxiliando na elaboração do Balanço Social, transformando as transformações em dados reais para que os usuários das mesmas tenham uma oportunidade de conhecer e participar do trabalho realizado pela empresa. Isso permite agregar valor, confiança e, acima de tudo, credibilidade em todas as suas ações, fazendo com que todos participem e se envolvam com o trabalho realizado, em prol da comunidade onde atua.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão ambiental**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BECKE, Vera Luise. Contabilidade social: do balanço social ao informe de sustentabilidade. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade**. Porto Alegre, Jul. 2004. p. 6-20.

CASTRO, João Marcos Adede Y. **Resíduos perigosos no direito ambiental internacional**: sua internalização nos países no mercosul. Porto Alegre: Editora Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Ndj Ltda, 1995.

Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2002.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Responsabilidade social**. Disponibilidade em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em 12/08/2004.

Lei nº 11.440/2000. **Criação do certificado de responsabilidade social-RS**. Porto Alegre, 2000.

Lei nº 9.605/98. **Lei ambiental**, Brasília, 1998.

MARQUES, Sônia Maria. Maximizando o valor da empresa através da ética e da responsabilidade social. **Revista Brasileira de Administração**. Brasília, Dez. 2001. p. 26-30.

PORTAL DE CONTABILIDADE. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 10.003/04. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>>. Acesso em: 12/11/2004.

REBOLLO, Mario Guilherme. Contabilidade e questões ambientais: a responsabilidade técnica do contador. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade**. Porto Alegre, Abr. 2004. p. 10-11.

SECRETÁRIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Legislação Ambiental do Rio Grande do Sul. Disponibilidade em: <<http://www.semars.gov.br>>. Acesso em 12/11/2004.

SILVA JUNIOR, José Barbosa. **Temas Contábeis em destaque/ Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo**. São Paulo: Atlas, 2000. (Coleção Seminários CRC-SP/ IBRACON)

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e o novo ambiente empresarial. **Revista Brasileira de Administração**. Brasília, Mar. 2001. p. 38-48.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. São Paulo: Atlas, 2002.

Vários. Responsabilidade social: o compromisso das empresas com a sociedade. **Revista Brasileira de Administração**. Brasília, Dez. 2001. p. 54-58.

VONTOBEL, Ottomar. **Biografia de Ottomar Vontobel**. Santa Maria: Ed. Pozzatti, 2002.

## **ANEXOS**

ANEXO A – Capítulo 6 da Constituição Federal Brasileira

## **Capítulo VI**

### **DO MEIO AMBIENTE**

**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**§ 1º** Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

**§ 2º** Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

**§ 3º** As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

**§ 4º** A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

**§ 5º** São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

**§ 6º** As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

ANEXO B – Operações Consolidadas do Balanço Social de 2001



ANEXO C – Operações Consolidadas do Balanço Social de 2002



ANEXO D – Operações Consolidadas do Balanço Social de 2003



## ANEXO E – Balanço Social – Divisão do Bolo



## ANEXO F – Termômetro de Satisfação Interna de 2001



## ANEXO G – Termômetro de Satisfação Interna de 2002



## ANEXO H – Termômetro de Satisfação Interna de 2003



